



**Os interrogatórios de Hans e Sophie Scholl à Gestapo:
testemunhos da resistência estudantil ao Nacional-Socialismo**

ANNA CAROLINA SCHÄFER*

Introdução

Diante do tema “Nacional-Socialismo”, a aceitação aparentemente passiva do governo de Hitler por parte da população alemã é sempre uma questão recorrente. Tenta-se compreender como tal ideologia foi capaz de chegar ao poder e manter-se nele por mais de uma década, mesmo disseminando tamanho horror e cometendo tantos crimes. Nesse contexto, também chama a atenção o fato de o Nacional-Socialismo, assim como a maioria dos regimes fascistas, não ter sido destituído do poder por uma oposição interna, mas como consequência de uma derrota militar internacional (cf. SNAJDER, 2010: 25).

Se à resistência alemã não logrou destituir Hitler e seus seguidores do poder, isso evidentemente não significa que ela não tenha existido. Embora seja inegável que grande parte dos alemães aceitou e de alguma forma colaborou com o nazismo, as formas de resistência na Alemanha também foram muitas e diversas. Dentre os motivos que levavam alemães a tomarem atitudes de resistência estavam as convicções políticas, crenças religiosas, comoção ou revolta diante de um fato cotidiano, vergonha dos crimes cometidos pelo Estado e compaixão pelas vítimas (cf. BENZ & PEHLE, 2008: 11). Essas atitudes podiam assumir contornos mais ostensivos, como é o caso das dezenas de atentados planejados (e parte deles de fato cometidos) contra Hitler, ou se restringirem a pequenas sabotagens cotidianas no âmbito individual, como escutar emissoras de rádio estrangeiras e oferecer apoio a vítimas de perseguição.

O grupo de resistência conhecido como A Rosa Branca (alemão: *Die Weiße Rose*), que figura no título deste trabalho, constituía-se sobretudo de jovens universitários de Munique que se opuseram, devido às suas biografias e às convicções religiosas, filosóficas e políticas, ao regime nacional-socialista na Alemanha. As ações da Rosa Branca eram voltadas principalmente à produção distribuição de panfletos que denunciavam os crimes cometidos pelo regime e convocavam os cidadãos alemães à resistência. Por seu caráter pacífico, que o distingue de muitos outros movimentos da resistência antinazista, o grupo tornou-se uma espécie de mito na Alemanha e é caracterizado em grande parte da literatura de memória

* Mestranda em Língua e Literatura Alemã pela Universidade de São Paulo. O trabalho é orientado pela Profa. Dra. Tinka Reichmann e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

dedicada a ele como “símbolo da resistência pura, moral, não voltada para a obtenção de poder ou influência” (MOLL, 1994: 444).

Em 18 de fevereiro de 1943, os irmãos Hans e Sophie Scholl, membros da Rosa Branca, foram flagrados enquanto espalhavam panfletos na universidade de Munique. A Gestapo, polícia secreta nazista, foi acionada e os dois foram conduzidos ao Palácio de Wittelsbach, sede da polícia secreta na cidade. Seguiram-se interrogatórios exaustivos e apreensões minuciosas nas casas de integrantes e conhecidos do grupo, que levaram gradativamente à prisão de todos os outros membros da Rosa Branca. Sete deles, dentre os quais estavam os irmãos Scholl, foram condenados à morte e executados ainda em 1943.

O presente trabalho dedicar-se-á à apresentação e análise de uma seleção de documentos históricos relacionados ao grupo A Rosa Branca, a saber: os protocolos de interrogatórios conduzidos pela Gestapo entre 18 e 20 de fevereiro de 1943 com Hans e Sophie Scholl. Na época em que foram conduzidos, os interrogatórios com os irmãos Scholl foram registrados por escrito, em forma de protocolo. Com o fim da guerra, estes documentos permaneceram por décadas ocultos em um arquivo sobre o Nacional-Socialismo do Ministério de Segurança Pública da República Democrática Alemã. Apenas em 1990, após a reunificação, foram redescobertos, integrados acervo do Arquivo Federal da Alemanha (Bundesarchiv), e passaram a poder ser consultados por pesquisadores em geral. Para autores como Chaussy & Ueberschär (2013: 197), essas novas fontes documentais lançaram novas luzes sobre os estudos relacionados à Rosa Branca e trouxeram novos dados para a investigação da relação entre resistência e repressão durante o regime nacional-socialista.

Na primeira seção do trabalho, será descrita brevemente a trajetória do grupo A Rosa Branca: seus integrantes, motivações, formas de ação e sua repressão pelo Estado nacional-socialista. A segunda seção traz uma apresentação mais detalhada do *corpus*, que foi traduzido para o português no bojo de um projeto de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo. A terceira seção, que encerra o trabalho, explora a interface entre o trabalho do historiador e o trabalho do tradutor de textos historicamente marcados, ao apresentar exemplos de contribuições trazidas pela pesquisa historiográfica à tradução do *corpus*.

1. A trajetória da Rosa Branca

Conforme observa Kissener (2008: 135), a história do grupo A Rosa Branca (*Die Weiße Rose*) representa uma peculiaridade na história da resistência alemã por duas razões básicas. Primeiramente por este ser, dentre todos os grupos de resistência juvenil ao nazismo conhecidos atualmente, o que mais se destaca: nenhum dos outros é tão “prestigiado” e continua até hoje a exercer tanto fascínio sobre as pessoas quanto ele. Ao mesmo tempo, em comparação a outros grupos de resistência, a recepção da história da Rosa Branca não seria, ainda conforme Kissener, tão atravessada por controvérsias: por reunir diferentes tendências de resistência, ela foi integrada à memória de diversos grupos, fossem políticos de esquerda ou de direita, fossem católicos ou protestantes, fossem alemães “orientais” ou “ocidentais”, etc.

O grupo surgiu entre jovens universitários de Munique. Seu núcleo era constituído por um círculo de amigos, formado pelos estudantes de medicina Alexander Schmorell, Christoph Probst, Hans Scholl e Willi Graf, pela estudante de biologia e filosofia Sophie Scholl e pelo professor universitário de filosofia Kurt Huber. Alexander Schmorell e Hans Scholl cursavam o mesmo semestre de medicina na Universidade Ludwig Maximilian. Schmorell introduziu ao grupo seu amigo de infância Christoph Probst. Willi Graf foi apresentado a Hans e Schmorell por Hubert Furtwängler, colega de curso dos mesmos. Sophie Scholl, irmã mais nova de Hans, era aluna do professor Kurt Huber e foi o primeiro elo entre este e os outros integrantes. Formado dessa maneira, o círculo se expandiu mais tarde e angariou colaboradores em cidades como Hamburgo, Stuttgart, Freiburg e Ulm.

Os motivos que levaram as seis pessoas que integravam o núcleo da Rosa Branca a entrarem em conflito com o Nacional-Socialismo foram múltiplos e variados. Algumas motivações vinham de vivências individuais, outras eram compartilhadas por alguns ou todos os integrantes. Hans Scholl e Willi Graf já haviam sofrido perseguição e sido detidos provisoriamente pela *Gestapo* entre 1937 e 1938, sob a acusação de pertencerem a associações juvenis clandestinas: Hans era membro da Juventude Alemã de Primeiro de Novembro (*Deutsche Jungenschaft 1.11.*) e Graf do movimento católico juvenil Ordem Cinza (*Grauer Orden*).

No caso dos irmãos Scholl, a influência do pai (Robert Scholl) também costuma ser apontada como motivação fundamental para a resistência (cf. por exemplo KISSENER, 2008: 139). Antes da tomada de poder, Robert Scholl havia sido prefeito das cidades de Ingersheim

e Forchtenberg e, como político liberal-democrata, tornou-se opositor de primeira hora do Nacional-Socialismo. Em 1942, foi condenado a quatro meses de prisão por ter feito comentários ofensivos sobre Hitler diante de funcionários de seu escritório.

Em Alexander Schmorell, a primeira grande insatisfação com a ideologia nazista teria surgido, segundo Kissener (2008: 139), frente às medidas nazistas de doutrinação ideológica que caracterizavam o “Serviço Obrigatório para o *Reich*”, o qual ele prestou em 1937. Nascido na Rússia e descendente de russos pelo lado materno, Schmorell acompanhava com pesar o ódio pregado pelo nazismo aos povos eslavos e, especialmente, aos russos.

Para Christoph Probst, foram determinantes os fatos de ter estudado em um internato de orientação humanista-liberal e de sua madrasta, de origem judia, precisar viver escondida dos nazistas até o final da guerra. Probst criticava profundamente com determinados postulados da ideologia nazista, como o antissemitismo e a eutanásia. Além disso Probst era, conforme relata Bald (2003: 29), membro de uma família burguesa abastada, na qual artes, literatura e filosofia faziam parte das conversas cotidianas. Em Murnau, onde nasceu, os pais eram vizinhos de Paul Klee e Emil Nolde, que despertaram o gosto do jovem pela arte moderna. Nolde, apontado pelo nazismo enquanto “artista degenerado” (embora ele próprio fosse nazista e antissemita convicto), chegou a pintar um retrato de Probst.

Por fim, o professor Kurt Huber julgava que os crimes cometidos pelos nazistas no Oriente significavam a decadência da cultura alemã (cf. KISSENER, 2008: 139). Além disso, havia visto algumas de suas ambições profissionais frustrarem-se devido à interferência do Nacional-Socialismo. Huber, que havia dedicado grande parte de sua vida a estudar música, perdeu sua oportunidade de transferência para um Instituto de Musicologia devido a conflitos com a política cultural nacional-socialista e foi obrigado a aceitar de volta seu posto de professor de psicologia experimental e musical na Universidade de Munique. Lá ofereceu, no semestre de inverno de 1942/1943, uma disciplina sobre Leibniz, na qual fazia críticas veladas ao totalitarismo nazista diante de seus 300 estudantes, dentre eles Alexander Schmorell, Willi Graf e os irmãos Hans e Sophie Scholl (SCHOLL, 2013: 188).

Diante da grande variedade de motivações individuais (das quais apenas uma pequena amostra pôde ser descrita aqui), Jens (1991) afirma que o que unia os integrantes da Rosa Branca era sobretudo a ânsia de colocar fim à guerra o quanto antes e salvar os alemães da derrocada total, além de determinados valores morais, condensados na “busca pela liberdade

individual e por uma coletividade que levasse a sério a subjetividade das pessoas e desse valor à sua dignidade” (JENS, 1991: 208, trad. nossa).

Já Ueberschär (2006: 126) menciona como ponto comum entre os membros da Rosa Branca o fato de eles terem, no início, mantido expectativas positivas em relação ao regime, mas se convertido em opositores do mesmo quando se conscientizaram da radicalização e dos rumos inconsequentes tomados pela política nazista. Os quatro estudantes de medicina também compartilhavam, segundo o mesmo autor, da repulsa provocada pelas vivências e experiências enquanto sargentos-enfermeiros em diferentes fronts de guerra (UEBERSCHÄR, 2006: 126). O leque de motivações individuais desembocou, dessa forma, na rejeição conjunta e de fundo moral à ideologia nazista.

Em meados de 1942, Hans Scholl e Alexander Schmorell começaram a redigir e enviar panfletos anonimamente pelo correio. Deram aos quatro primeiros textos o título de “Panfletos da Rosa Branca” (*Flugblätter der Weißen Rose*), nome que a *Gestapo* também adotou para se referir ao grupo em sua investigação e pelo qual ele é conhecido até hoje. De junho de 1942 a fevereiro de 1943, foram redigidos e distribuídos seis panfletos. Nos dois últimos, Scholl e Schmorell contaram com a colaboração de Kurt Huber para redigir o texto. Christoph Probst chegou a redigir um esboço para aquele que provavelmente seria o sétimo panfleto do grupo, mas que não chegou a ser distribuído.

Os primeiros quatro panfletos dirigiam-se aos “intelectuais” de Munique. Em seus interrogatórios, Hans Scholl afirmou que escolheu esse público-alvo por acreditar na capacidade e responsabilidade dessas pessoas em influenciar toda a população e conduzi-la na direção adequada. Tendo em vista seus destinatários, os primeiros panfletos caracterizam-se por uma linguagem profundamente rebuscada e pela abundância de citações (explícitas e implícitas) a textos literários, filosóficos e bíblicos:

Goethe fala dos alemães como um povo trágico, semelhante aos judeus e aos gregos, mas hoje ele parece mais um rebanho superficial e apático de seguidores alienados, que tiveram sua medula sugada e sua essência subtraída e que agora estão dispostos a se deixarem lançar à ruína. (1º panfleto da Rosa Branca. SCHOLL, 2013: 87)

Toda palavra que sai da boca de Hitler é mentira. Quando ele fala em paz, está pensando em guerra, e quando ele pronuncia — da maneira mais sacrílega possível — o nome do Todo-Poderoso, está pensando no poder do Mal, no Anjo Caído, em Satã. Sua boca é a garganta fétida do inferno, e seu poder é fundamentalmente réprobo. (4º panfleto da Rosa Branca. SCHOLL, 2013: 99-100)

Já o quinto panfleto do grupo, escrito depois de Hans Scholl, Alexander Schmorell e Willi Graf passarem três meses como soldados-enfermeiros no front russo, dirige-se a um público muito mais amplo, conforme está anunciado em seu título: “Apelo a todos os alemães!” (*Aufruf an alle Deutsche!*). A linguagem torna-se, conforme observa Moll (2011: 216) mais clara e o apelo mais direto, exercido, muitas vezes, através de perguntas retóricas:

Alemães! Vocês e seus filhos querem padecer do mesmo destino que atingiu os judeus? Querem ser medidos com a mesma medida que seus sedutores? Havemos de ser para sempre o povo odiado e repudiado pelo mundo inteiro? Não! Portanto, rompam com a subumanidade nacional-socialista. Provem através de atos que vocês não pensam assim! Uma nova guerra de libertação se inicia. A melhor parte do povo luta ao nosso lado. (5º panfleto da Rosa Branca. SCHOLL, 2013: 103)

O sexto panfleto, por sua vez, foi redigido integralmente pelo professor Kurt Huber e volta-se novamente a um grupo específico de destinatários: os estudantes da universidade de Munique, que cresceram tendo sua liberdade cada vez mais cerceada pelo Nacional-Socialismo.

Crescemos em um Estado em que toda a livre expressão da opinião foi amordaçada sem escrúpulos. A Juventude Hitlerista, a SA e a SS tentaram nos uniformizar, nos remodelar e nos anestésiar nos anos de formação mais fecundos de nossas vidas. O desprezível método de sufocar, em um nevoeiro de frases vazias, a incipiente capacidade individual de pensar e julgar chamava-se “formação da visão de mundo”. (6º panfleto da Rosa Branca. SCHOLL, 2013: 105)

Além de panfletos, outra forma de resistência empreendida por membros da Rosa Branca foi a realização de pichações noturnas. No início de 1943 Hans Scholl, Alexander Schmorell e Willi Graf picharam, em três madrugadas, os dizeres “Abaixo Hitler!” (*Nieder mit Hitler*), “Liberdade!” (*Freiheit*) e “Hitler, assassino em massa” (*Massenmörder Hitler*) em fachadas de prédios de Munique e na entrada da universidade e, nas mesmas ocasiões, espalharam grandes quantidades de panfletos pelas ruas da cidade.

As ações da Rosa Branca tiveram fim com a prisão dos irmãos Scholl da universidade, em 18 de fevereiro de 1943. As investigações que se seguiram levaram gradativamente à prisão de todo o núcleo do grupo e de diversos outros envolvidos. Willi Graf também foi detido em 18 de fevereiro de 1943, Christoph Probst em 20 de fevereiro, Alexander Schmorell em 24 de fevereiro e Kurt Huber em 27 de fevereiro. Todos foram julgados e condenados à morte pelo Tribunal do Povo nacional-socialista. Christoph Probst,

Hans e Sophie Scholl em 22 de fevereiro de 1943; Alexander Schmorell, Willi Graf e Kurt Huber em 19 de abril do mesmo ano.

2. Caracterização do *corpus*: protocolos de interrogatório de Hans e Sophie Scholl

Os documentos que foram analisados e traduzidos ao longo do projeto de mestrado pertencem a um gênero textual alemão que, como observa NIEHAUS (2005), ainda é muito pouco estudado: o “Verhörprotokoll”. Trata-se de registros escritos dos interrogatórios realizados com o indiciado na fase de inquérito policial. Como potenciais equivalentes no sistema jurídico brasileiro atual poderíamos citar o “termo de interrogatório” ou “auto de qualificação e interrogatório”. As especificidades do contexto histórico em que foram realizados e transcritos os interrogatórios com os membros da Rosa Branca divergem, entretanto, bastante das condições em que são produzidos tais textos hoje em dia no Brasil e na Alemanha. Por esse motivo, sempre que se fizer referência ao gênero textual “Verhörprotokoll” neste trabalho, optamos por utilizar uma tradução literal da palavra alemã: “protocolo de interrogatório”.

Os interrogatórios em questão foram conduzidos por oficiais da *Gestapo* entre fevereiro e outubro de 1943. Começaram, mais precisamente, em 18 de fevereiro de 1943, quando os irmãos Hans e Sophie Scholl foram flagrados pelo bedel da Universidade de Munique enquanto espalhavam panfletos pelo edifício. Os dois foram presos e conduzidos à central da *Gestapo*. A isso sucederam interrogatórios longos e exaustivos e apreensões minuciosas nas casas de integrantes e conhecidos do grupo, que culminaram na condenação e execução de Sophie e Hans Scholl, Christoph Probst, Willi Graf, Alexander Schmorell e Kurt Huber na guilhotina.

Salta aos olhos o curtíssimo intervalo (de apenas quatro dias) entre a prisão dos irmãos Scholl e a execução deles e de Christoph Probst na guilhotina, no primeiro processo. O segundo processo se prolongou por mais tempo: entre a prisão de Graf, Huber e Schmorell e a execução dos dois últimos passaram-se quase cinco meses. O cumprimento da sentença de Willi Graf – preso junto com os irmãos Scholl e condenado à morte por decapitação junto com Huber e Schmorell – ainda foi adiada por mais três meses, pois a *Gestapo* pretendia obter dele mais informações sobre o envolvimento de outras pessoas nas ações da Rosa Branca.

Com o fim da guerra, os protocolos de interrogatório desses seis membros da Rosa Branca caíram nas mãos do exército soviético e foram levados a Moscou, onde ficaram por alguns anos ocultos em um arquivo estatal. Alguns anos após a fundação, em 1949, da República Democrática Alemã, esses documentos voltaram para a Alemanha, mas permaneceram inacessíveis à pesquisa. Apenas em 1990, com a reunificação das Alemanhas oriental e ocidental, foram integrados ao acervo do Arquivo Federal da Alemanha, em Berlim, e passaram a poder ser consultados por pesquisadores (cf. CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013: 13).

Com base nesses materiais o alemão Fred Breinersdorfer criou o roteiro do filme “Sophie Scholl – Die letzten Tage” (título em português: “Uma mulher contra Hitler”), lançado em 2005 na Alemanha. Sob direção de Marc Rothemund, o filme ganhou dois prêmios no festival de Berlim e foi indicado ao Oscar na categoria “melhor filme estrangeiro”. Ao lançar um novo olhar sobre a história da Rosa Branca, baseando-se no conteúdo por tanto tempo desconhecido dos interrogatórios, o filme de Rothemund contribuiu para uma ampla divulgação desse grupo de resistência.

Sabemos que, como salientam SCHULZ (2005) e CHAUSSY & UEBERSCHÄR (2013), é necessário cautela ao interpretar tais textos como documentos históricos “fiéis” à realidade, já que seu conteúdo foi formulado por representantes da ideologia nacional-socialista e sua intenção era fundamentar e fortalecer os argumentos do regime contra os interrogados. Da mesma forma, os textos não trazem informações sobre as condições em que foram realizados os interrogatórios – por exemplo se foram ou não usados métodos de tortura – e algumas frases aparecem profundamente descontextualizadas em meio a um texto até então coeso. É o que ocorre, por exemplo, no excerto do primeiro interrogatório de Hans Scholl em que a autoria do rascunho daquele que possivelmente seria o sétimo panfleto do grupo é atribuída a Christoph Probst. A narrativa, até então linear, dos acontecimentos daquela manhã na Universidade de Munique é interrompida e surge uma confissão repentina, como é possível observar abaixo:

Eu mal havia acabado de fazer isso quando percebi que o zelador estaria nos seguindo até o segundo andar. Realmente, eu estava com minha irmã a apenas alguns metros de onde os panfletos haviam sido jogados quando esse homem veio na nossa direção, nos deu voz de prisão e jogou na nossa cara que tínhamos acabado de jogar panfletos no pátio interno.

O autor da folha rasgada por mim hoje de manhã após eu ser detido é Christoph Probst (...). (Hans Scholl em interrogatório de 18.02.1943. In: CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013: 278, tradução e grifos nossos)

Outro fato que deve ser levado em conta ao se lidar com tais textos é o de que, durante os interrogatórios, os inquiridos utilizaram uma série de estratégias para evitar que a polícia apurasse os fatos. Hoje em dia, ao cruzar as afirmações feitas por integrantes do grupo em seus interrogatórios com outros documentos da investigação e com as informações levantadas posteriormente por historiadores e estudiosos da Rosa Branca, é possível perceber claramente algumas dessas estratégias. Os irmãos procuraram, por exemplo, assumir sozinhos toda a culpa pelas ações do grupo, evitando ao máximo citar nomes de terceiros. Sabe-se hoje que, para despistar a polícia e inocentar seus amigos, disseram muitas mentiras durante os interrogatórios.

Feitas as ressalvas necessárias, é importante dizer que a divulgação dos protocolos de interrogatório foi premissa fundamental para que os estudos acerca das motivações, ações e objetivos da Rosa Branca tomassem novos rumos. Interpretações polêmicas e a mitificação dos protagonistas da Rosa Branca (sobretudo dos irmãos Scholl) na Alemanha podem ser atribuídas, entre outros fatores, ao desconhecimento de documentos que permitissem uma análise mais realista dos fatos. Foi, por fim, a divulgação dos documentos da investigação contra os membros da Rosa Branca, há pouco mais de duas décadas, que viabilizou uma abordagem desse tema mais cientificamente aprofundada e melhor fundamentada do ponto de vista histórico.

3. Contribuições da pesquisa historiográfica para o trabalho do tradutor

A experiência de traduzir os protocolos de interrogatório da Rosa Branca corroborou a importância da pesquisa historiográfica como campo de apoio fundamental para o tradutor que trabalha com textos marcados por um momento histórico específico. Foram diversas as contribuições trazidas pela fundamentação teórica multidisciplinar (composta por referências dos estudos da tradução, da linguística textual, da análise do discurso e da pesquisa historiográfica) à produção da tradução comentada do *corpus*. A consulta a diferentes tipos de fontes historiográficas permitiu que identificássemos e evidenciássemos, nos comentários incorporados à tradução, estratégias de interrogadores e interrogados, referências (implícitas e

explícitas) à realidade da época e “lacunas” no texto (bem como possíveis motivações para elas).

Do ponto de vista teórico, a bibliografia sobre a ascensão e consolidação do regime nacional-socialista (BENZ, 2008; EVANS, 2012; entre outros), sobre a resistência antinazista, (por exemplo BENZ & PEHLE, 2008; HUDEMANN, 2013; MOMMSEN, 2000; STEINBACH & TUCHEL, 1994) e sobre características inerentes aos regimes totalitários em geral (CARNEIRO, 2010; BALANDIER, 1982; GIRARDER, 1987 e, em interface com a Filosofia, ARENDT, 1985; 2004; 2012) nos auxiliou na compreensão e descrição da conjuntura histórica mais ampla em que foram realizados e transcritos os interrogatórios de Hans e Sophie Scholl.

Entre setembro e dezembro de 2014 tivemos a oportunidade de, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, desenvolver um estágio de pesquisa de três meses na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique. Durante esse período, realizamos pesquisas de documentos em arquivos da Fundação Rosa Branca, alocada na mesma universidade, e no Instituto de História Contemporânea (*Institut für Zeitgeschichte*), centro de pesquisas sobre a história alemã do início do século XX até a atualidade. O instituto, fundado em 1949, foi o primeiro a produzir pesquisas científicas sobre o regime nacional-socialista e continua sendo mundialmente reconhecido por sua singularidade em estudos sobre esse tema. Hoje ele abriga, por exemplo, todo o espólio de Inge Scholl, irmã mais velha de Hans e Sophie Scholl. Ao longo de sua vida, Inge reuniu diversos documentos, depoimentos, cartas, diários e notícias relacionados ao grupo de resistência ao qual pertenceram seus irmãos.

Durante o estágio em Munique, consultamos diversos tomos do espólio de Inge Scholl no arquivo do Instituto. Especialmente os documentos presentes no tomo 176, que contém as atas do processo movido pelo Tribunal do Povo nazista contra Hans Scholl, Sophie Scholl e Christoph Probst, tiveram grande importância para a análise dos textos dos interrogatórios e para a redação dos comentários da tradução. Muitos desses documentos puderam ser copiados e trazidos para o Brasil. A consulta às atas originais tornou possível a visualização do *corpus* do trabalho em seu contexto e função originais: os interrogatórios cumpriram, na verdade, apenas uma “formalidade” do sistema policial/jurídico nazista, uma vez que, como revela por exemplo o conteúdo de correspondências trocadas entre o chefe de distrito da região de

Munique, Paul Giesler, e o líder do Partido Nacional-Socialista de Trabalhadores Alemães, Martin Bormann, em 19 de fevereiro de 1943, a sentença dos três réus já estava dada antes mesmo da formulação da denúncia e do julgamento, que aconteceria apenas quatro dias após a prisão do mesmo.

Além disso, o conteúdo de outros documentos presentes nas atas – como o depoimento do zelador da universidade e o laudo da perícia nas máquinas de escrever apreendidas na casa dos irmãos Scholl – estabelece uma espécie de “diálogo” com o conteúdo dos interrogatórios. Apenas a partir desses documentos é possível compreender, por exemplo, a motivação para determinadas perguntas feitas pelos interrogadores. É o caso do seguinte trecho do interrogatório de Hans Scholl: “Não tenho relação alguma com a Fábrica de Motores da Baviera (BMW), nunca estive nessa empresa e não conheço nenhum funcionário ou empregado de lá” (Hans Scholl em interrogatório à *Gestapo*, 20/02/1943. In: CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013: 295, tradução nossa). O questionamento por parte do interrogador implícito na fala atribuída a Hans Scholl deve-se ao fato de um laudo do Instituto de Criminalística de Berlim de 11 de fevereiro de 1943, encomendado pela Gestapo de Munique, ter apontado que o papel utilizado na produção dos panfletos era semelhante ao papel utilizado pela firma da BMW. Tal constatação levou à apreensão em massa de mais de 1000 máquinas de escrever daquela firma, que seriam examinadas uma a uma até que os verdadeiros responsáveis pelos panfletos foram presos uma semana mais tarde na universidade de Munique.

Além da leitura de textos teóricos sobre a conjuntura histórica mais ampla das ações da Rosa Branca e da consulta a fontes documentais em arquivos da Alemanha, os testemunhos de pessoas que conviveram com Hans e Sophie Scholl (familiares, amigos ou sobreviventes do grupo) também tiveram grande importância para a análise, interpretação e tradução do *corpus* de interrogatórios. Trata-se de relatos pessoais registrados por escrito (em SCHOLL, 2013; CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013; entre outros) ou em vídeo (documentário *Die Widerständigen: Zeugen der Weißen Rose* de Kathrin Seybold, 2008), que trazem, por exemplo, informações relevantes sobre a forma com que eram conduzidos os interrogatórios. Alguns dos sobreviventes descrevem situações de tortura psicológica às quais foram submetidos ou que presenciaram na ocasião. Falk Harnack e Helmut Fietz (companheiro de cela de Hans Scholl) mencionam que algumas celas da central da *Gestapo* em Munique,

destinadas aos prisioneiros que seriam condenados à morte, eram equipadas com uma luz clara e forte, que permanecia ligada durante toda a noite e os impedia de descansar:

Durante todo o tempo (no presídio da *Gestapo*), não estive nenhuma vez ao ar livre. Passei dias e noites dentro da cela iluminada por uma lâmpada elétrica de luz clara e ofuscante. Permaneci trancado em minha cela até mesmo durante os bombardeios a Munique. (*Falk Harnack*. In: SCHOLL, 2013: 168)

Todas as noites, uma luz intensa ficava acesa na cela. No presídio, sabia-se que os condenados à morte ocupavam essas celas de iluminação clara. Mesmo sabendo disso, Hans não parecia se incomodar. Ele já contava com a sentença de morte desde o segundo dia de prisão. (*Helmut Fietz*. In: SCHOLL, 2013: 201)

Todos os membros da Rosa Branca que passaram pelo presídio do Palácio de Wittelsbach foram mantidos presos em celas desse tipo, com exceção de Sophie Scholl. Por ser mulher, ela teria sido contemplada, conforme relatou Else Gebel pouco após o fim da guerra, com uma “cela especial”: “Você recebeu até uma cela de honra, que em geral só abrigava figurões nazistas ‘transviados’. A ‘honra’ consistia em uma janela maior, um armário interno simples e um forro branco para as cobertas” (Relato de Else Gebel, IfZ, Fa 215/Bd. 3, tradução nossa).

Enquanto o Prof. Kurt Huber foi obrigado a dividir a cela da prisão com criminosos comuns, sua esposa Clara também foi destinada a uma (pela *Gestapo* assim designada) “cela especial” durante o tempo que permaneceu em prisão preventiva: “uma cela fria com duas camas dobráveis de madeira e uma mesa pequena, onde as refeições eram, no início, ruins e provocavam asco” (HUBER, 1986: 41, tradução nossa).

A alimentação também funcionava como recurso de tortura da *Gestapo* para com seus prisioneiros. Else Gebel, companheira de cela de Sophie Scholl, relatou que os funcionários da prisão teriam recebido ordens para não darem nada de comer aos irmãos Scholl entre um interrogatório e outro. Referindo-se a Sophie, ela contou em seu relato: “um empregado jovem, também prisioneiro, trouxe para você a sopa quente com pão; então tocou o telefone: ‘Os irmãos Scholl não devem comer nada. Eles continuarão a ser interrogados em meia hora’” (IfZ, Fa 215/Bd. 3, tradução nossa).

Já Traute Lafrenz, ex-namorada de Hans Scholl, relatou a Inge Scholl que teria sofrido formas mais ostensivas de tortura psicológica:

Fui conduzida até meu inquiridor Reinhard. Mal cheguei à porta, ele perguntou, berrando, quando eu tinha ouvido emissoras estrangeiras pela última vez (eu não estava nem um pouco preparada para esse tipo de pergunta). Por meia hora ininterrupta, ele me acusou de crimes que eu realmente não havia cometido. Além disso, ele tinha um método próprio de tamborilar com os dedos nos olhos do inquirido. (*Traute Lafrenz*. In: SCHOLL, 2013: 151)

Não existem, porém, relatos que denunciem o uso de métodos de tortura física durante os interrogatórios conduzidos com membros da Rosa Branca. No período pós-guerra, Anton Mahler, um dos funcionários da *Gestapo* que atuaram na “comissão especial” encarregada de solucionar o caso, foi denunciado por maus-tratos a prisioneiros (chantagem e lesão corporal). Ele foi o responsável pelos interrogatórios de Hans Scholl, Christoph Probst, Kurt Huber, Traute Lafrenz, Hans Hirzel e Franz Müller. Os casos pelos quais foi condenado em 1949 foram, porém, posteriores ao da Rosa Branca (CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013: 182).

No que tange especificamente aos interrogatórios de Sophie Scholl, existe ainda outra fonte relevante: um o relato redigido pelo próprio interrogador, Robert Mohr, a pedido do pai de Sophie (Robert Scholl) em 1950. Ao interpretar esta fonte é, entretanto, necessária a mesma cautela dispensada aos protocolos de interrogatório, uma vez que se trata de uma versão dos fatos apresentada por aquele que, na ocasião, era representante de um regime criminoso e defendia os interesses do mesmo. Além disso, em diversos momentos de seu relato, Mohr demonstra claramente ter a intenção de se isentar de sua responsabilidade pela condenação de Sophie à morte.

Feitas essas ressalvas, no relato de Mohr estão presentes algumas informações que encontram respaldo nos relatos de outras pessoas presentes na situação, como Helmut Fietz, Else Gebel e Karl Alt (então capelão luterano do presídio de Stadelheim) e no conteúdo dos protocolos de interrogatório. É o caso do trecho a seguir:

Sophie não mediu esforços em tomar toda a culpa para si para, com isso, isentar ou até mesmo salvar seu irmão, a quem amava muito, por sinal. Não tenho dúvidas de que se Sophie Scholl tivesse podido, teria sacrificado sua jovem e promissora vida duas vezes para poupar seu irmão do desfecho trágico. Por outro lado, Hans Scholl demonstrou exatamente a mesma disposição. (*Robert Mohr*. In: SCHOLL, 2013: 192)

Em seus interrogatórios, Sophie Scholl assumiu realmente uma responsabilidade muito maior do que teve de fato nas ações da Rosa Branca e contou diversas mentiras no intuito de proteger seu irmão e omitir a participação de outros membros do grupo. Hans fez o mesmo e,

até onde foi possível, assumiu sozinho toda a autoria das ações. Muitas das mentiras que foram contadas pelos irmãos Scholl com o objetivo de poupar outras pessoas são identificáveis hoje nos textos dos protocolos de interrogatório, se cruzarmos seu conteúdo com os testemunhos e confissões de outras pessoas, bem como com informações apuradas ao longo das últimas décadas por historiadores e pesquisadores do tema.

Os testemunhos de sobreviventes que tiveram os mesmos interrogadores que Hans e Sophie Scholl (Anton Mahler e Robert Mohr, respectivamente) são especialmente importantes, pois lançam luz sobre a personalidade e as estratégias utilizadas frequentemente por aqueles investigadores da *Gestapo* para conseguirem dos prisioneiros as informações que queriam. Anneliese Knoop-Graf, irmã do membro da Rosa Branca Willi Graf, foi interrogada por Robert Mohr e, em entrevista a Chaussy & Ueberschär (2013: 180) traçou o seguinte perfil psicológico do investigador: “Ele se disfarçava com ares paternos. Oferecia cigarros. Mohr tinha uma mania de se portar como homem solícito diante de mulheres desamparadas. Isso me irritava. Eu não queria essa ajuda. Para nós, ele era um dos carrascos” (In: CHAUSSY & UEBERSCHÄR, 2013: 180, tradução nossa). A descrição de Anneliese encontra, enfim, respaldo no modo “amistoso” com que Mohr registra – deliberadamente – suas perguntas a Sophie Scholl nos protocolos de interrogatório e na forma com que ele constrói o próprio *ethos* nas correspondências trocadas com o pai de Hans e Sophie Scholl no pós-guerra (início da década de 50), nas quais alega estar arrependido do papel que desempenhou durante o regime nacional-socialista.

Os interrogatórios de Hans e Sophie Scholl constituíram, assim, um *corpus* profícuo para uma abordagem multidisciplinar, que lançou mão de procedimentos da linguística textual e da análise do discurso – aliados a elementos da pesquisa historiográfica – para analisar os textos dos protocolos e constituir uma base sólida para a delimitação da estratégia de tradução.

Considerações finais

Autora importante da vertente funcionalista dos Estudos da Tradução, Christiane Nord (1997: 51 et seq.) defende que uma tradução pode funcionar (a) como um *documento* da situação na qual um emissor inserido na cultura de partida comunica-se, por meio de um texto, com destinatários inseridos na mesma cultura ou (b) como um *instrumento* na cultura

de chegada, através do qual o emissor do texto de partida comunica-se com destinatários da cultura de chegada por meio de um texto produzido para tal fim. Em outras palavras, quando cumpre uma função documental a tradução é um “documento ou protocolo de uma ação comunicativa passada (...)” (NORD, 1989: 102), enquanto que, quando assume função instrumental, torna-se meio (ou instrumento) para uma ação comunicativa distinta.

A mesma autora criou o conceito de “lealdade em tradução”, que pode guiar até hoje o trabalho do tradutor do ponto de vista ético-moral. Lealdade é, para ela, a responsabilidade moral que o tradutor tem em relação a seus parceiros comunicativos: o produtor do texto de partida por um lado e o leitor da tradução por outro. Assim, além de respeitar a intenção comunicativa do autor do texto de partida, uma tradução leal deve levar em consideração as expectativas dos receptores do texto de chegada. Isso não significa necessariamente fazer o que se espera, mas sim explicar os propósitos e procedimentos de tradução utilizados, caso eles contradigam tais expectativas. Nesse caso, o “[...] tradutor tem a obrigação moral de justificar suas estratégias, contando aos leitores o que ele fez e por que o fez” (NORD, 2001: 196, tradução nossa).

Neste projeto, tivemos como objetivo produzir uma tradução *documental* comentada de interrogatórios conduzidos pela polícia secreta nazista com membros-chave da resistência antinazista: os irmãos Hans e Sophie Scholl. Tendo em vista a sensibilidade do *corpus* selecionado, para que esta fosse também uma tradução “leal” se fez necessária uma análise aprofundada e cuidadosa dos textos registrados dos interrogatórios, a fim de que eles pudessem ser primeiramente compreendidos em suas diversas dimensões. Nessa empreitada, a consulta a fontes historiográficas adquiriu importância fundamental tanto para a análise dos textos de partida na primeira etapa do processo tradutório, quanto para a redação dos comentários e notas contextualizadoras que seriam anexados à tradução, tendo sido estabelecida assim uma interface proveitosa entre o trabalho do tradutor e do historiador.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da UNB, 1985.

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- BALD, Detlef. **Von der Front in den Widerstand**. Berlin: Aufbau Verlag, 2003.
- BENZ, Wolfgang. **Geschichte des Dritten Reiches**. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2008.
- BENZ, Wolfgang; PEHLE, Walter H. (Org.). **Lexikon des deutschen Widerstandes**. 3. ed. Frankfurt a. M.: Fischer, 2008.
- CHAUSSY, Ulrich & UEBERSCHÄR, Gerd R. **Es lebe die Freiheit!** Die Geschichte der Weißen Rose und ihrer Mitglieder in Dokumenten und Berichten. Frankfurt am Main: Fischer, 2013.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HUBER, Clara (Org.). **Kurt Huber zum Gedächtnis**. „der Tod ... war nicht vergebens“. Munique: Nymphenburger Verlagshandlung, 1986.
- HUDEMANN, Rainer. A Rosa Branca no contexto da resistência alemã durante o “Terceiro Reich”. In: SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca**: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo. São Paulo: Editora 34, 2013.
- JENS, Inge. Die Weiße Rose. Biographische und kulturelle Traditionen. In: BREYVOGEL, Winfried (Org.). **Piraten, Swings und Junge Garde**. Jugendwiderstand im Nationalsozialismus. Bonn: Dietz, 1991. p. 202-221.
- KISSENER, Michael. “Wir schweigen nicht, wir sind Euer böses Gewissen” – Der Widerstand der “Weißen Rose”. In: SCHOLTYSECK, Joachim & STUDDT, Christoph. (Org.). **Universität und Studenten im Dritten Reich**: Bejahung, Anpassung, Widerstand. Berlin: Lit Verlag Dr. W. Hopf, 2008. p. 135-142.
- MOLL, Christiane. Die Weiße Rose. In: STEINBACH, Peter & TUCHEL, Johannes (Orgs.). **Widerstand gegen den Nationalsozialismus**. Berlin: Akademie Verlag, 1994. p. 443-467.
- MOLL, Christiane (Org.). **Alexander Schmorell, Christoph Probst**. Gesammelte Briefe. Schriftenreihe der Gedenkstätte Deutscher Widerstand. Berlin: Lukas, 2011.
- MOMMSEN, Hans. **Alternative zu Hitler**. Studien zur Geschichte des deutschen Widerstandes. München: Verlag C.H. Beck, 2000.
- NORD, Christiane. Loyalität statt Treue. Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie. **Lebende Sprachen**, v. 34, n. 3, p. 100-105, 1989.
- NORD, Christiane. A Functional Typology of Translation. In: TROSBORG, Anna. **Text Typology and Translation**. Amsterdam: Benjamins, 1997. p. 43-66.
- NORD, Christiane. Loyalty Revisited. Bible Translation as a Case in Point. In: PYM, A. (ed.) **The Return to Ethics**. Special Issue of The Translator 7, p. 185-202. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- SCHOLL, Inge. **Die weiße Rose**. Fischer: Frankfurt am Main, 1993.
- SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca**: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo. Organização de Juliana P. Perez e Tinka Reichmann. São Paulo: Editora 34, 2013.

SCHULZ, Kirsten. Die Verhörprotokolle – Sichere Quellen? **Bundeszentrale für politische Bildung**, 20 abr. 2005. Disponível em: <http://www.bpb.de/_geschichte/nationalsozialismus/weisse-rose/61039/verhoerprotokolle-sichere-quellen>. Acesso em: 22 set. 2012.

STEINBACH, Peter & TUCHEL, Johannes (Org.) **Widerstand gegen den Nationalsozialismus**. Bonn: Schriftenreihe der Bundeszentrale für politische Bildung, 1994.

SZNAJDER, Mario. Fascismo e Intolerância. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (Org.). **Tempos de Fascismos: Ideologia, Intolerância, Imaginário**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 19-36.

UEBERSCHÄR, Gerd R. Der Widerstand der „Weißen Rose“. In: _____. **Für ein anderes Deutschland: der deutsche Widerstand gegen den NS-Staat 1933-1945**. Frankfurt: Fischer, 2006. p. 126-132.